

AGRICULTURA FAMILIAR E SEGURANÇA ALIMENTAR, A ECONOMIA DOS FEIRANTES URBANOS E A RELAÇÃO COM PRODUTORES RURAIS

Janira Agnelo Correia¹

RESUMO

Este trabalho fundamenta-se numa revisão bibliográfica que utiliza os critérios históricos para explorar as políticas públicas voltadas à agricultura familiar e à segurança alimentar no Brasil, com destaque para a economia rural e familiar, a agricultura familiar no Brasil desempenha um papel fundamental na garantia da segurança alimentar e nutricional, sendo responsável por grande parte da produção de alimentos destinados ao mercado interno. Segundo a constituição federal Brasileira a segurança alimentar define o direito de todos os brasileiros a ter acesso permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, de modo a assegurar uma vida saudável e digna. O acesso ao alimento saudável e fresco é feito através dos mercados populares, assim fazendo as feirantes como meio de ligação entre o consumidor e os produtores, preferencialmente restringindo a utilização dos intermediários utilizando as mão-obras familiares ou regionais como meio de ligação entre esses dois sectores. Com isso, este trabalho tem como objetivo compreender a relação entre a agricultura familiar e sua contribuição para a redução da insegurança alimentar, com ênfase no papel das feiras como espaços de acesso aos produtos oriundos desse modelo de produção. metodologicamente adotamos uma abordagem qualitativa. Com efeito, nos possibilitou a uma revisão da bibliográficas existentes sobre o tema no Brasil e na Guiné-Bissau, através de relatórios, livros, artigos, dissertações, teses e monográficas. De igual modo, apoiou-se bastante na análise documental, no uso de documentos oficiais e planos estratégicos do sector de agricultura no país. Para combate a insegurança alimentar é necessária uma relação intersectarias entre diversas entidades sociais e políticas, fazendo com que a agricultura familiar seja um mecanismo crucial no combate a insegurança alimentar.

Palavras chaves: economia rural, mercados populares, feirantes.

¹ Graduanda em Agronomia pela Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, e-mail: janiratania@gmail.com

ABSTRACT

This work is based on a bibliographic review that uses historical criteria to explore public policies aimed at family farming and food security in Brazil, with emphasis on the rural and family economy. Family farming in Brazil plays a fundamental role in ensuring food and nutritional security, being responsible for a large part of the food production destined for the domestic market. According to the Brazilian federal constitution, food security defines the right of all Brazilians to have permanent access to quality food, in sufficient quantity, in order to ensure a healthy and dignified life. Access to healthy and fresh food is made through popular markets, thus making the market vendors as a means of connecting the consumer and the producers, preferably restricting the use of intermediaries using family or regional labor as a means of connecting these two sectors. Therefore, this work aims to understand the relationship between family farming and its contribution to the reduction of food insecurity, with an emphasis on the role of markets as spaces of access to products originating from this production model. Methodologically, we adopted a qualitative approach. In fact, it allowed us to review the existing literature on the subject in Brazil and Guinea-Bissau, through reports, books, articles, dissertations, theses and monographs. Likewise, it relied heavily on documentary analysis, the use of official documents and strategic plans for the country's agricultural sector. To combat food insecurity, an intersectoral relationship between various social and political entities is necessary, making family farming a crucial mechanism in combating food insecurity.

Keywords: rural economy, popular markets and street vendors.

1.INTRODUÇÃO

Este trabalho fundamenta-se numa revisão bibliográfica que utiliza os critérios históricos para explorar as políticas públicas voltadas à agricultura familiar e à segurança alimentar no Brasil, com destaque para a economia rural e familiar. Essas questões são essenciais para uma análise crítica da sustentabilidade e dos desafios do desenvolvimento político e econômico. Além disso, a partir dessa análise, busca-se avaliar até que ponto a experiência brasileira pode servir como referência para a realidade da Guiné-Bissau.

Desta forma, destaca-se que a agricultura familiar no Brasil desempenha um papel fundamental na garantia da segurança alimentar e nutricional, sendo responsável por grande parte da produção de alimentos destinados ao mercado interno (BOCCHI et al., 2019). Nesse sentido, é necessário um estudo mais aprofundado para compreender melhor as dinâmicas que envolvem os agricultores familiares, incluindo os processos de logística, produção, escoamento de produtos e acesso às políticas públicas. Essa análise é essencial para que as políticas públicas sejam efetivamente utilizadas como instrumentos de melhoria das condições de vida e de trabalho no setor.

Segundo Strate e Costa (2018), a agricultura familiar não poder ser definida somente pela produção, mas também tem que ser inserida na sua caracterização o contexto sociocultural, principalmente considerando o papel do familiar dentro do sistema produtivo. Essa perspectiva é igualmente contemplada nas legislações do governo federal relacionadas à agricultura familiar e aos empreendimentos familiares e rurais, evidenciando a importância dessa abordagem no desenvolvimento. Hoffmann (2014) afirma que segundo a Lei da Política Nacional da Agricultura familiar e Empreendimentos Familiares Rurais (Nº 11.326, 24 de julho de 2006), para que um agricultor seja considerado como agricultor familiar, deve seguir seguintes requisitos:

- I – Não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais;
- II – Utilize predominantemente mão de obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento;
- III – Tenha renda familiar predominantemente originada de atividades econômicas vinculadas ao próprio estabelecimento ou empreendimento;
- IV – Dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família.

O elo da relação entre a agricultura familiar e segurança alimentar muitas das vezes acaba sendo considerado complexo, visto que muitas das vezes fica subtendido o que é a segurança alimentar (AQUINO *et al.*, 2018).

Segundo a constituição federal Brasileira a segurança alimentar define o direito de todos os brasileiros a ter acesso permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, de modo a assegurar uma vida saudável e digna (MARQUES; ANDRADE, 2022).

O acesso ao alimento saudável e fresco é feito através dos mercados populares, assim fazendo as feirantes como meio de ligação entre o consumidor e os produtores, preferencialmente restringindo a utilização dos intermediários utilizando as mão-obras familiares ou regionais como meio de ligação entre esses dois sectores (CARNEIRO et al., 2013).

Ao promover o desenvolvimento local, a agricultura familiar contribui para a geração de renda, a criação de empregos e a melhoria das condições de vida nas áreas rurais, além disso, a agricultura familiar é fundamental para a preservação dos saberes tradicionais e das práticas culturais, que são parte integrante da identidade das comunidades rurais (BOCCHI *et al.*, 2019).

Reforçando o segmento anterior, considerando a relevância da agricultura familiar como um mecanismo social no combate à insegurança alimentar, este trabalho tem como objetivo compreender a relação entre a agricultura familiar e sua contribuição para a redução da insegurança alimentar, com ênfase no papel das feiras como espaços de acesso aos produtos oriundos desse modelo de produção.

Para tanto, metodologicamente adotamos uma abordagem qualitativa. Com efeito, nos possibilitou a uma revisão da bibliográficas existentes sobre o tema no Brasil e na Guiné-Bissau, através de relatórios, livros, artigos, dissertações, teses e monográficas. De igual modo, apoiou-se bastante na análise documental, no uso de documentos oficiais e planos estratégicos do sector de agricultura no país.

2.MULTIDIMENSIONALIDADE DA SEGURANÇA ALIMENTAR

A segurança alimentar e nutricional no Brasil trata-se de uma questão profundamente enraizada na construção social do país, uma vez que reflete acerca de uma concepção multidimensional que abrange aspectos econômicos, sociais, culturais e ambientais (BOCCHI *et al.*, 2019). Essa abordagem ampla e intersetorial visa garantir o direito humano à alimentação, conforme consagrado na Constituição Federal, e é estruturada sobre a premissa de que todos os brasileiros devem ter acesso permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, de modo a assegurar uma vida saudável e digna (MARQUES; ANDRADE, 2022).

Essa concepção é fortemente vinculada ao desenvolvimento sustentável, integrando a necessidade de respeito à diversidade cultural e à sustentabilidade em suas dimensões ambiental, econômica e social (CAVALCANTE *et al.*, 2024). No âmbito das políticas públicas,

a intersetorialidade é um dos princípios fundamentais na abordagem da segurança alimentar e nutricional no Brasil (GUEDES *et al.*, 2024).

A articulação entre diferentes setores governamentais – como saúde, educação, assistência social, agricultura, e meio ambiente – é essencial para a efetividade das políticas voltadas para a garantia da alimentação adequada. Essa abordagem intersetorial permite que as políticas sejam mais abrangentes e respondam às complexas necessidades da população, ao mesmo tempo em que evitam a fragmentação e a sobreposição de iniciativas (GREGOLIN *et al.*, 2018).

A incorporação do enfoque sistêmico na segurança alimentar e nutricional também é central para a compreensão e a implementação das políticas públicas nessa área. Esse enfoque reconhece que a segurança alimentar não pode ser alcançada de forma isolada, mas depende de um sistema alimentar complexo, que inclui a produção, distribuição, acesso e consumo de alimentos (DEBUS *et al.*, 2024).

Além disso, esse sistema deve ser sustentável, assegurando que as práticas agrícolas e alimentares não comprometam a capacidade das futuras gerações de atenderem suas necessidades alimentares (SAMBUICHI *et al.*, 2019). Nesse sentido, a segurança alimentar e nutricional está intrinsecamente ligada às práticas de produção e ao manejo sustentável dos recursos naturais, promovendo a conservação do meio ambiente e a biodiversidade (MARQUES; ANDRADE, 2022).

A disponibilidade de alimentos é um dos pilares da segurança alimentar, e para garanti-la, é necessário considerar a capacidade de produção e distribuição de alimentos em todo o território nacional (CAVALCANTE *et al.*, 2024). No Brasil, a agricultura familiar desempenha um papel crucial nesse aspecto, sendo responsável pela produção da maior parte dos alimentos que compõem a dieta básica da população (GREGOLIN *et al.*, 2018).

As políticas de apoio à agricultura familiar, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), são exemplos de iniciativas que visam fortalecer a produção local, garantindo a oferta de alimentos saudáveis e diversificados, ao mesmo tempo em que promovem o desenvolvimento sustentável das comunidades rurais (GREGOLIN *et al.*, 2018).

No entanto, a disponibilidade de alimentos por si só não é suficiente para garantir a segurança alimentar; o acesso permanente a esses alimentos é igualmente crucial (BOCCHI *et al.*, 2019). O acesso está condicionado a diversos fatores, como a renda, a infraestrutura de transporte e distribuição, e as condições socioeconômicas da população (GUEDES *et al.*, 2024). No Brasil, as políticas de transferência de renda, como o Bolsa Família, têm desempenhado um

papel importante na melhoria do acesso a alimentos pelas camadas mais vulneráveis da população (DEBUS *et al.*, 2024).

A dimensão cultural da segurança alimentar e nutricional também merece destaque, somos multiculturais. A alimentação é um elemento central da identidade cultural, e a promoção da segurança alimentar deve respeitar e valorizar a diversidade cultural do país. O Brasil é um país de grande diversidade étnica e cultural, com uma rica tradição culinária que varia de região para região (FOSSÁ *et al.*, 2021).

As políticas públicas voltadas para a segurança alimentar precisam reconhecer e incorporar essa diversidade, promovendo o acesso a alimentos que sejam culturalmente apropriados e que respeitem os hábitos alimentares das diferentes comunidades (FOSSÁ *et al.*, 2021).

Diniz *et al.*, (2016) completam que a sustentabilidade ambiental é outra dimensão crítica da segurança alimentar e nutricional, desta forma, as práticas agrícolas e de produção de alimentos devem ser sustentáveis, devem garantir a conservação dos recursos naturais, minimizar os impactos ambientais negativos e promover a resiliência dos sistemas agrícolas frente às mudanças climáticas.

No Brasil, a agroecologia tem sido promovida como uma abordagem que integra a produção de alimentos com a conservação ambiental, combinando conhecimentos tradicionais e científicos para criar sistemas agrícolas mais sustentáveis e produtivos (SAMBUICHI *et al.*, 2019).

Desta maneira, a sustentabilidade econômica e social também está no centro da concepção de segurança alimentar e nutricional no Brasil. A produção de alimentos deve ser economicamente viável, garantindo a geração de renda e a melhoria das condições de vida para os agricultores e trabalhadores do setor alimentar (CAVALCANTE *et al.*, 2024). Ao mesmo tempo, é necessário promover a equidade social, assegurando que todos os brasileiros, independentemente de sua condição econômica, tenham acesso a uma alimentação adequada (MIRANDA *et al.*, 2024).

Assim, as políticas públicas devem buscar reduzir as desigualdades e promover a inclusão social, especialmente para os grupos mais vulneráveis (BOCCHI *et al.*, 2019). A construção da segurança alimentar e nutricional no país é um processo complexo e multidimensional, que requer a articulação de diversas políticas públicas e a integração ambiental, cultural, econômica e social, diferentes dimensões do desenvolvimento sustentável.

Esse processo envolve não apenas a garantia do direito à alimentação, mas também a promoção de práticas alimentares que sejam sustentáveis em todas as suas dimensões

(SAMBUICHI *et al.*, 2019). Uma ampla abordagem, articulada e sistematizada são essenciais para garantir que as políticas públicas sejam eficazes e respondam às necessidades da população, promovendo a sustentabilidade do sistema alimentar brasileiro (MARQUES; ANDRADE, 2022).

A segurança alimentar e nutricional no Brasil é um desafio que exige a capacidade de lidar com as complexidades e interconexões entre os diferentes aspectos do próprio sistema alimentar (SAMBUICHI *et al.*, 2019). As políticas públicas devem ser desenhadas de forma a promover a disponibilidade e o acesso a alimentos de qualidade, respeitando a diversidade cultural e regional do país, e garantindo a sustentabilidade em todas as suas dimensões.

3.O AUMENTO DA FOME E AS DESIGUALDADES SOCIOECONÔMICAS COMO AGRAVANTES DA INSEGURANÇA ALIMENTAR

O relatório da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO) (SAMBUICHI *et al.*, 2019) destaca a estreita relação entre o aumento da fome e a desaceleração econômica, evidenciada pelo aumento do desemprego e o declínio do Produto Interno Bruto (PIB). Fatores estes que contribuem diretamente para o crescimento do número de pessoas vivendo em condições de pobreza extrema, que subiu de 166 milhões para 175 milhões entre 2013 e 2015, exacerbando a insegurança alimentar e a desnutrição (GREGOLIN *et al.*, 2018).

O conceito de segurança alimentar e nutricional (SAN) vai além da mera disponibilidade de alimentos, engloba também o acesso a alimentos de qualidade e em quantidade suficiente para atender às necessidades nutricionais de toda a população (MARQUES; ANDRADE, 2022). No entanto, a realidade da América Latina mostra que um grande número de pessoas ainda enfrenta sérias dificuldades para garantir esse direito básico (MACIEL; TROIAN, 2022).

A insegurança alimentar não fica restrita à falta de alimentos, ela também envolve aspectos qualitativos, como a qualidade nutricional dos alimentos consumidos pelas pessoas (CAVALCANTE *et al.*, 2024). A compreensão da segurança alimentar deve estar unida ao direito ao acesso regular a alimentos tanto em quantidade quanto de qualidade (SALGADO; SOUZA, 2020).

Outro aspecto importante a ser considerado sobre a insegurança alimentar é a associação entre essa condição e o sobrepeso/obesidade. Embora, esses problemas possam parecer contraditórios, existem evidências científicas que demonstram uma ligação significativa entre eles, especialmente em populações de baixa renda (GREGOLIN *et al.*, 2018). Essa associação pode ser explicada por uma série de fatores, incluindo o aumento da disponibilidade de

alimentos de baixo custo e alto valor calórico, que são e podem ser mais acessíveis às famílias de menor poder aquisitivo (SILVA *et al.*, 2020).

A irregularidade no acesso a alimentos leva a padrões de consumo alimentar diferentes dos desenvolvidos culturalmente no Brasil, com mudança de comportamento que incluem períodos de jejum forçados seguidos por episódios de consumo excessivo de alimentos quando disponíveis (BOCCHI *et al.*, 2019). Esse comportamento alimentar instável pode causar adaptações metabólicas que favorecem o acúmulo de gordura corporal, aumentando o risco de obesidade (MACIEL; TROIAN, 2022).

As populações mais afetadas por este comportamento são as com menor renda, e por isso, se deve avaliar de forma mais criteriosa se a obesidade pode ser considerada “oposta” à fome, ou se ela ocorre como uma possível consequência de tanta fome (CAVALCANTE *et al.*, 2024).

Esse fenômeno, conhecido como o "paradoxo da insegurança alimentar", ressalta a complexidade da relação entre a fome e o estado nutricional (GREGOLIN *et al.*, 2018). A privação alimentar crônica e a incerteza sobre a próxima refeição podem levar as pessoas a optar por alimentos mais calóricos e menos nutritivos como uma estratégia de sobrevivência (SILVA *et al.*, 2020).

Além disso, é crucial que as políticas de segurança alimentar abordem as desigualdades estruturais que perpetuam a pobreza e a fome (MARQUES; ANDRADE, 2022). A concentração de renda, a falta de acesso a serviços básicos, e as barreiras ao emprego digno são fatores que contribuem diretamente para a insegurança alimentar. E é por isso que, a promoção de políticas redistributivas, como a reforma agrária, o acesso universal à educação e a saúde, a criação de empregos decentes, são fundamentais para combater as causas profundas da fome e da má nutrição (BOCCHI *et al.*, 2019), não só no Brasil.

Outro ponto essencial é a adaptação das políticas públicas às realidades locais, reconhecendo a diversidade cultural e as especificidades regionais (CAVALCANTE *et al.*, 2024). As estratégias de combate à fome e à insegurança alimentar devem ser sensíveis às necessidades e às práticas alimentares das diferentes comunidades, respeitando seus modos de vida e promovendo o uso sustentável dos recursos naturais (SAMBUICHI *et al.*, 2019).

A participação das comunidades locais na formulação e implementação dessas políticas é crucial para garantir sua eficácia e sustentabilidade (MACIEL; TROIAN, 2022). Visto que esses são grupos de impulsionam esse setor de economia agrícola, então, a sua valorização em termos de participação será um grande passo na implementação de políticas públicas mais eficazes para o setor.

Finalmente, a cooperação internacional desempenha um papel importante no enfrentamento da fome na América Latina e Caribe (GREGOLIN *et al.*, 2018). O fortalecimento das alianças regionais, a troca de conhecimentos e experiências, e o apoio técnico e financeiro das organizações internacionais são fundamentais para a construção de sistemas alimentares mais resilientes e inclusivos (BOCCHI *et al.*, 2019).

A luta contra a fome é um desafio global que requer a colaboração de todos os setores da sociedade, desde os governos até as organizações não governamentais, o setor privado, e a sociedade civil (CAVALCANTE *et al.*, 2024).

4.A CONTRIBUIÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR E SUA INFLUÊNCIA POSITIVA PARA A SEGURANÇA ALIMENTAR EM DIFERENTES CONTEXTOS

Como já mencionado no segmento anterior, a agricultura familiar desempenha um papel crucial na segurança alimentar, não apenas nas zonas rurais, mas também nas áreas urbanas, onde o consumo de alimentos frescos e diversificados depende em grande parte dos produtos fornecidos pelos agricultores familiares (CAVALCANTE *et al.*, 2024).

A ligação entre a agricultura familiar e os feirantes urbanos é uma componente essencial da cadeia de abastecimento alimentar, que garante o acesso a alimentos nutritivos, frescos e de qualidade para as populações urbanas (HOFFMANN, 2014).

O abastecimento do mercado de consumo interno no Brasil pela agricultura familiar é responsável por uma maioria considerável dos produtos agrícolas consumidas internamente, incluindo produtos básicos como feijão, mandioca, leite, milho e hortaliças (AQUINO *et al.*, 2018).

Esta representatividade evidencia a importância da agricultura familiar na segurança alimentar do país, para a sustentação do mercado interno e para a diversificação da dieta alimentar. Essa relação impacta na economia dos feirantes urbanos e reflete nas complexas interações entre o campo e a cidade (Salgado; Souza, 2020).

A segurança alimentar, definida como o acesso regular a alimentos suficientes, seguros e nutritivos, está intimamente ligada à capacidade dos agricultores familiares, sendo ela responsável pela maior parcela dos produtos agrícolas comercializado no mercado interno (GREGOLIN *et al.*, 2018).

Esses produtores são responsáveis por uma parcela significativa da produção de alimentos básicos consumidos no Brasil, incluindo hortaliças, frutas, legumes e cereais (BOCCHI *et al.*, 2019). A proximidade dos agricultores familiares com os mercados urbanos permite que os produtos cheguem frescos às mãos dos consumidores, o que é essencial para

garantir uma dieta equilibrada e rica em nutrientes (SAMBUICHI *et al.*, 2019), em algumas regiões.

Os feirantes urbanos desempenham um papel intermediário vital nessa cadeia de distribuição. Eles compram diretamente dos produtores e levam esses produtos às feiras livres, mercados e outras formas de venda direta nas cidades, esse comércio não só facilita o acesso dos consumidores urbanos a alimentos frescos, mas também cria uma economia local vibrante, onde tanto os feirantes quanto os produtores podem se beneficiar economicamente (CAVALCANTE *et al.*, 2024).

A relação direta entre produtores e feirantes elimina intermediários, permitindo que uma maior parte da renda gerada pela venda dos produtos seja destinada aqueles que realmente trabalham na produção e na comercialização dos alimentos (BOCCHI *et al.*, 2019).

A economia dos feirantes urbanos é influenciada pela saúde e sustentabilidade da agricultura familiar. Em regiões onde os agricultores familiares estão bem organizados e têm acesso a recursos, como crédito, assistência técnica e infraestrutura, os feirantes conseguem obter produtos de melhor qualidade, melhor preço e em maior variedade (MARQUES; ANDRADE, 2022).

Essa dinâmica também tem implicações importantes para a segurança alimentar nas áreas urbanas, visto que o acesso a alimentos frescos e diversificados, fornecidos por agricultores familiares através dos feirantes urbanos, contribui para a promoção de dietas mais saudáveis, ajudando a combater problemas de nutrição como a obesidade e a desnutrição (SAMBUICHI *et al.*, 2019). Além disso, ao comprar diretamente dos produtores, os consumidores urbanos têm a oportunidade de apoiar práticas agrícolas e de fortalecer as economias locais, criando um ciclo virtuoso de desenvolvimento econômico e segurança alimentar (RAMOS *et al.*, 2019).

No entanto, essa interdependência entre agricultura familiar e economia dos feirantes urbanos enfrenta desafios como: infraestrutura deficiente, falta de acesso a mercados, e limitações em termos de armazenamento e transporte, todas são barreiras que afetam os agricultores e os feirantes (CAVALCANTE *et al.*, 2024). Sem o apoio adequado, os produtores rurais podem enfrentar dificuldades para escoar sua produção, o que não só prejudica suas próprias economias, mas também compromete o abastecimento dos mercados internos que dependem dos produtos provenientes desses produtores (SAMBUICHI *et al.*, 2022).

Além disso, a competição com grandes redes de supermercados, que muitas vezes importam alimentos de outros países, pode minar a viabilidade econômica dos feirantes e dos

agricultores familiares, ameaçando a sustentabilidade dessa cadeia de abastecimento (GREGOLIN *et al.*, 2018).

As políticas públicas devem ser elaboradas para a superação desses desafios e para o fortalecimento da relação entre agricultores familiares e feirantes urbanos. Os Programas já criados, como o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) e o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) (Bocchi *et al.*, 2019), são exemplos de iniciativas bem-sucedidas.

Além disso, políticas de incentivo ao consumo de produtos locais e regionais nas áreas urbanas podem aumentar a demanda por alimentos produzidos pela agricultura familiar, beneficiando tanto os feirantes quanto os agricultores. Outro aspecto importante é a promoção de práticas agrícolas sustentáveis e a educação dos consumidores urbanos sobre os benefícios dos alimentos frescos e locais (SAMBUICHI *et al.*, 2019).

A promoção de campanhas de conscientização que destacam a importância da agricultura familiar para a segurança alimentar e para o fortalecimento da economia local podem incentivar os consumidores a preferir feiras livres e mercados locais em vez de supermercados, criando uma demanda mais estável e robusta para os produtos dos agricultores familiares (RIPKE *et al.*, 2024).

As iniciativas como o fortalecimento das cooperativas de agricultores familiares e a criação de redes de comércio justo podem aumentar o poder de negociação desses pequenos produtores, garantindo-lhes melhores condições de venda e preços mais justos (SAMBUICHI *et al.*, 2019). Essas redes também podem ajudar a superar desafios logísticos e a aumentar a eficiência da distribuição dos alimentos, beneficiando tanto os feirantes quanto os consumidores (RAMOS *et al.*, 2019).

A agricultura familiar é fundamental para a segurança alimentar e para a economia dos feirantes urbanos, e pode ser um elo entre o campo e a cidade. Essa relação, quando bem gerida e apoiada por políticas públicas eficazes, pode contribuir para o desenvolvimento econômico local, a promoção de dietas mais saudáveis e sustentáveis, e a redução das desigualdades entre as áreas rurais e urbanas (SAMBUICHI *et al.*, 2022).

Para que isso aconteça, é necessário compromisso contínuo com o fortalecimento da agricultura familiar, melhoria das infraestruturas de distribuição, e a promoção de práticas de consumo conscientes e sustentáveis (RIPKE *et al.*, 2024). E assim será possível construir um sistema alimentar mais justo, inclusivo e resiliente, que beneficie tanto os produtores rurais quanto os consumidores urbanos (RIPKE *et al.*, 2024).

6.DINÂMICA ECONÔMICA E SOCIAL DAS FEIRAS URBANAS

As feiras livres urbanas ocupam uma posição central na dinâmica econômica e social das cidades brasileiras, desempenhando um papel crucial na distribuição de alimentos frescos e no fortalecimento da economia local (SAMBUICHI *et al.*, 2019). Os feirantes urbanos, que operam nessas feiras, são pequenos comerciantes que dependem das feiras como sua principal fonte de renda (CAVALCANTE *et al.*, 2024).

Os mesmos constituem uma classe trabalhadora diversa, formada por indivíduos de diferentes idades, gêneros e origens sociais (BOCCHI *et al.*, 2019). Muitos feirantes continuam tradições familiares, enquanto outros, especialmente migrantes rurais, encontram nas feiras uma oportunidade de emprego nas cidades, essa diversidade é uma das marcas distintivas do perfil dos feirantes, que mesmo quando possuam baixos níveis de escolaridade e operem muitas vezes na informalidade, desempenham um papel essencial na intermediação entre o campo e a cidade (SAMBUICHI *et al.*, 2019).

A informalidade, característica marcante deste setor do comércio de rua brasileiro, proporciona flexibilidade aos feirantes, mas também os coloca em uma situação de vulnerabilidade, com acesso limitado a benefícios sociais e proteção trabalhista (CAVALCANTE *et al.*, 2024). E apesar disso, as feiras livres são espaços de inclusão econômica, permitindo a subsistência de milhares de famílias que, de outra forma, teriam poucas oportunidades de inserção no mercado formal de trabalho (BOCCHI *et al.*, 2019). Além disso, elas têm uma importância inegável na economia local, dinamizando o comércio em bairros e comunidades, gerando um fluxo constante de pessoas e recursos financeiros (SAMBUICHI *et al.*, 2022).

As feiras livres são também importantes geradoras de emprego, oferecendo oportunidades de trabalho desde o produtor rural que fornece os produtos até os ajudantes que montam as barracas e os transportadores. Esse papel de geradoras de emprego é particularmente relevante em um país como o Brasil, onde a informalidade ainda é uma característica persistente do mercado de trabalho (SANTOS; TORRES, 2023).

A informalidade nas feiras, cria empregos que não exigem altos níveis de escolaridade ou capital inicial, oferecendo uma rede de suporte econômico para populações vulneráveis e contribuindo para a redução da pobreza urbana. São espaços de convivência comunitária e de acesso democrático a alimentos frescos e diversificados, reforçando a coesão social e criando um senso de pertencimento e identidade local (BOCCHI *et al.*, 2019).

A dependência dos feirantes urbanos em relação aos produtos da agricultura familiar é significativa. A ligação entre eles facilita essa relação, garantindo que os produtos cheguem às

feiras com frescor e em condições adequadas de consumo. Essa dependência é evidente em relação aos alimentos perecíveis, como frutas, legumes, hortaliças e outros produtos que são a base das feiras livres (SANTOS; TORRES, 2023).

Essa relação entre agricultores familiares e feirantes é essencial para a sobrevivência de ambos os setores: enquanto os feirantes garantem um mercado constante para os produtos agrícolas, os agricultores fornecem a matéria-prima essencial que mantém as feiras funcionando (SAMBUICHI *et al.*, 2019). Essa dependência gera oscilações na produção agrícola, causadas por fatores climáticos ou econômicos, que podem impactar diretamente a oferta de produtos nas feiras, afetando a renda dos feirantes (DEBUS; PERONDI; WAMMES, 2024).

Além disso, ao incentivar o consumo local e reduzir a necessidade de transporte de longa distância, as feiras livres promovem a sustentabilidade ambiental (CAVALCANTE *et al.*, 2024). Ao comprar produtos de agricultores familiares próximos, os consumidores urbanos contribuem para a redução das emissões de carbono associadas ao transporte de alimentos, apoiando práticas agrícolas que tendem a ser mais sustentáveis e menos intensivas em recursos do que a agricultura industrial (CAVALCANTE *et al.*, 2024).

As feiras podem fortalecer a resiliência das comunidades urbanas, criando redes de suporte econômico e social que podem ajudar a mitigar os impactos de crises econômicas ou ambientais (SAMBUICHI *et al.*, 2019). Em tempos de dificuldade, como durante a pandemia de COVID-19, as feiras livres provaram ser uma fonte vital de alimentos e uma rede de segurança econômica para muitas famílias, tanto urbanas quanto rurais. Ainda assim, para que as feiras livres continuem a desempenhar esse papel positivo, elas devem ser apoiadas por políticas públicas que garantam sua sustentabilidade (SALGADO; DELGROSSI, 2022).

As feiras livres urbanas são essenciais para a economia local e para a sustentabilidade das comunidades urbanas no Brasil. Os feirantes, com seu perfil diverso e resiliente, são os principais agentes dessa dinâmica, dependentes da agricultura familiar para abastecer suas bancas e fornecer alimentos frescos e acessíveis aos consumidores urbanos. A importância das feiras livres vai além da transação econômica; elas são espaços de geração de emprego, promoção de saúde pública e fortalecimento da coesão social (EICHOLZ *et al.*, 2024).

7.AGRICULTURA FAMILIAR E SEGURANÇA ALIMENTAR: DA EXPERIENCIA BRASILEIRA PARA O CONTEXTO DA GUINÉ-BISSAU

A produção agrícola representa um papel preponderante nos países em desenvolvimento, sendo, na sua maioria casos, a principal fonte de comércio e subsistência. Por isso, torna-se necessário garantir cuidados e investimentos nesse setor. A Guiné-Bissau é um

exemplo de país que se enquadra nestas condições, onde a agricultura representa a maior fonte de rendimento económico, evidenciando a sua importância para a economia nacional.

Além demais, o mercado para escoamento desses produtos também é necessário que exista polícias públicas que possam assegurar que esses produtores não sejam desfavorecidos com as oscilações dos preços do mercado e também que assegure os seus bens estares.

As primeiras iniciativas governamentais na Guiné-Bissau para a intervenção nas áreas rurais com intuito de melhorar as condições dos agricultores segundo (INDJAI, 2014) foi através de criação de documentos que nela foi enaltecida o plano da ação para as áreas rurais intitulada por Carta de Política de Desenvolvimento Agrário – (CPDA), com projetos rurais a serem desenvolvidas e executadas entre 2002 a 2005, tendo principais objetivos:

I-Garantir a segurança alimentar assegurando uma disponibilidade de produtos alimentares em todo o país e durante todo o ano;

II-Promovendo a criação e a distribuição de rendimentos de forma a que até as camadas mais pobres da população tenham acesso a todo o momento a uma alimentação de qualidade e em quantidade suficiente;

III-Aumentar e diversificar as exportações agrícolas para evitar dependência excessiva ao mercado do caju;

IV- Assegurar a gestão racional e a produção dos recursos agro-silvo-pastoris (manter em estado de equilíbrio o capital nacional de recursos naturais - florestas, solos, água e biodiversidade, através de um nível aceitável de exploração e da realização de ações apropriadas de preservação e conservação);

V- Melhorar o quadro de vida das populações rurais, ou seja, o desenvolvimento económico do setor rural não poderá atingir os seus objetivos sem que haja em paralelo um desenvolvimento harmonioso do nível de vida, isto é, fixar para as comunidades rurais objetivos ambiciosos em matéria de saúde, educação, habitação, hidráulica rural, saneamento e lazer.

Assim como em muitos países, as políticas públicas externas para o setor agrário enfrentarão barreiras financeiras significativas, devido a insuficiências de recursos governamentais destinadas a essa área. No caso da Guiné-Bissau, onde os desafios económicos são especialmente evidentes e o país figura entre os mais pobres do mundo há décadas, essas limitações se tornam ainda mais graves. Essa realidade afeta todos os setores do desenvolvimento nacional, e a agricultura, essencial para a economia e a subsistência da população, não é uma exceção.

Para dar um enquadramento apurado sobre a agricultura familiar e importância das políticas públicas agrícolas na Guiné-Bissau, é importante ressaltar que o país é localizado na

região de África Ocidental, com uma área superficial territorial de 36.125 km², com uma população total de 1.6 milhões de habitantes, com uma distribuição de aproximadamente de 60% da população vivendo nas áreas rurais e dependendo das produções agrícolas para subsistência, atividades essa que representa cerca de 46% do Produto Interno Bruto (PIB). Com sendo responsável por cerca de 80% de empregos gerados em todo território nacional e 90% dos produtores exportados, tendo a castanha de caju como principal produto exportado (Monteiro et al, 2020).

Segundo os dados da Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO) (Monteiro, et al.,2020), aproximadamente 60% da população vive com uma renda inferior a 1 dólar diário, reflexão essa que faz ressaltar a necessidade da existência das políticas públicas, visto que por falta de poder de compra obriga que seja através de práticas agrícolas a principal forma de autos sustento e comercio.

Fazendo uma comparativa com do conceito da segurança alimentar entre Guiné-Bissau e Brasil, pode assumir que esse conceito no Brasil encontra em um “patamar” mais avançado onde o objetivo vai além da disponibilidade do alimento mais sim chegando em qualidade, como pode ser visto no trabalho de Marques; Andrade, (2022), demonstrando que na constituição federal é estruturada sobre a premissa de que todos os brasileiros devem ter acesso permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, de modo a assegurar uma vida saudável e digna. Sendo essa premissa que deveria ser adotado por todos os países como sendo premissas da segurança alimentar, porem em alguns dos países como é o caso da Guiné-Bissau pela questão financeira acaba estar passo atras, onde a principal preocupação no momento é a disponibilidade alimentar deixando para segundo plano a qualidade.

Mesmo assim como Brasil a agricultura familiar é fundamental para disponibilidade de produtos agrícolas nas feiras, sendo ela responsável por quase totalidade de produtos agrícolas consumidas no país.

Como uma das formas de combater a insegurança alimentar enfrentada no país o governo em 6 de fevereiro e de 5 de maio de 2009, fez-se um Ofício, assinado por ministério das finanças a criação do Projeto de Apoio a Segurança Alimentar (Pasa), sendo ela a versão atualizada do projeto da segurança alimentar criado em 2002, esse que contava com apoio da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO). Programa esse que apresenta mesma vertentes que Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) e o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) no Brasil, servindo com programas de apoio social no combate a insegurança alimentar.

8. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para combate a insegurança alimentar é necessária uma relação intersectorias entre diversas entidades sociais e políticas, fazendo com que a agricultura familiar seja um mecanismo crucial no combate a insegurança alimentar.

A existência de políticas públicas agrárias é indispensável na luta para segurança alimentar, sem a sua existência torna quase impossível os agricultores familiares competirem com grandes latifúndios patronais agrícolas.

As feiras agrícolas são fundamentais na dinâmica entre agricultura familiar e combate a insegurança alimentar, servindo como local de escoamento dos produtos agrícolas desses produtores e por outro lado representa local onde pode ser obtido com maior segurança os alimentos que proporcionam bem-estar alimentícias.

9. REFERÊNCIAS

- AQUINO, J.R.; GAZOLLA, M.; SCHNEIDER, S. Dualismo no Campo e Desigualdades Internas na Agricultura Familiar Brasileira. **RESR**, v.56, n.01, p. 123-142, 2018.
- BOCCHI, C.P.; MAGALHÃES, É.S.; RAHEL, L.; GENTIL, P.; GONÇALVES, R.S. A década da nutrição, a política de segurança alimentar e nutricional e as compras públicas da agricultura familiar no Brasil. **Rev Panam Salud Publica**, v.43, 2019.
- CARNEIRO, M.G.R.; CAMURÇA, A.M.; ESMERALDO, G.G.S.L.; SOUSA, N.R. Quintais Produtivos: contribuição à segurança alimentar e ao desenvolvimento sustentável local na perspectiva da agricultura familiar (O caso do Assentamento Alegre, município de Quixeramobim/CE). **Rev. Bras. de Agroecologia**. v.8,n.2, p.135-147 2013.
- CAVALCANTE, D.K.; CARVALHO, A.G.; ASSIS, R.L.; SILVA, E.R. Agroecologia e produção orgânica: um estudo de caso da associação agroecológica de Teresópolis, RJ. **Rama**, n.17, e10491, 2024.
- DINIZ, R.F.; NETO, C.C.N.; HESPAÑHOL, A.N. A emergência dos mercados institucionais no espaço rural brasileiro: agricultura familiar e segurança alimentar e nutricional. **Geo UERJ**, n.29, p. p. 234-252, 2016.
- FOSSÁ, J.L.; TERNUS, C.H.; BADALOTTI, R.M. feiras livres da agricultura familiar: desafios e oportunidades no município de chapecó-sc. **Revista NECAT**, n.18,2020.
- GREGOLIN, G.C.; GREGOLIN, M.R.P.; TRICHES, R.M.; ZONIN, W.R. Inserção da agricultura familiar no programa nacional de alimentação escolar (pnae): estratégia de segurança alimentar e nutricional sustentável. **Erechim**. v. 42, n.159, p. 45-57, 2018.
- GUEDES, A.C.; FRANCO, A.A.; TOSTES, E.F.; LOPES, J.R.F. Gestão de empreendimentos rurais: a perspectiva de produtores e consumidores sobre a viabilidade de feiras livres no espaço universitário da UEMG –Unidade Ituiutaba. **Revista observatorio de la economia latinoamericana**, v.22, n.6, p. 01-26. 2024.
- HOFFMANN, R. A agricultura familiar produz 70% dos alimentos consumidos no Brasil?. **Segurança alimentar e nutricional**, v.21, n.1, p.417-421, 2014.
- MACIEL, M.D.A.; TROIAN, A. A produção de novidades da agricultura familiar: o protagonismo dos sistemas orgânicos e agroecológicos no desenvolvimento sustentável. **Campo grande**, v.10, n.3, 2022.

- MARQUES, D.O.; ANDRADE, H.M.L.S.; MOSER, L.M. Desafios para Soberania e Segurança Alimentar na Agricultura Familiar. **Brazilian Journal of Agroecology and Sustainability**, v.4, n.º1, 2022.
- MIRANDA, S.P.; WEGNER, R.C.; DIAS, A. Comercialização nas feiras da agricultura familiar: um estudo de caso sobre a estrutura desses canais. **Revista de economia e sociologia rural**, v.62, n.4, e270700, 2024.
- RAMOS, C.I.; GIGANTE, D.P.; BENDER, E.G.; VALÉRIO, I.D. Feiras livres de Pelotas/RS: uma análise sob a perspectiva da Segurança Alimentar e Nutricional. **Ágora**, v. 21, n. 1, p. 55-65, 2019.
- SALGADO, B.T.; DELGROSSI, M.E. Segurança Alimentar e PNAE: o que mudou durante a pandemia?. **Segur. Aliment. Nutr.**, v. 29, p.1-12. e022005. 2022.
- SALGADO, R.J.S.F.; DIAS, M.M.; SOUZA, W.J. Agricultura Familiar, Extensão Rural e Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional: delimitando categorias analíticas à luz da implementação do Programa de Aquisição de Alimentos no Brasil. **Mundo Agrário**, v.21, n.46, 2020.
- SAMBUICHI, R.H.S.; KAMINSK, R.; PERIN, G.; MOURA, I.F.; JANUÁRIO, E.S.; MENDONÇA, D.B.; ALMEIDA. Programa de aquisição de alimentos e segurança alimentar: modelo lógico, resultados e desafios de uma política pública voltada ao fortalecimento da agricultura familiar. **Ipea**, 2019.
- SAMBUICHI, R.H.S.; MOURA, I.F.; MACHADO, J.G.; PERIN, G. Contribuições do programa de aquisição de alimentos para a segurança alimentar e nutricional no Brasil. . **Ipea**, 2022.
- SANTOS, T.T.B.; TORRES, R.L. Efeitos do acesso ao mercado institucional sobre a segurança alimentar e nutricional no município de Almirante Tamandaré, Paraná. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v.61, n.2, e257596, 2023.
- SILVA, R.C.R.; PEREIRA, M.; CAMPELO, T.; ARAGÃO, É.; GUIMARÃES, J.M.M.; FERREIRA, A.J.F.; BARRETO, M.L.; SANTOS, S.M.C. Implicações da pandemia COVID-19 para a segurança alimentar e nutricional no Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**, v.25, n.9, p.3421-3430, 2020.
- STRATE, M.F.; COSTA, S.M. Quintais produtivos: contribuição à segurança alimentar e ao desenvolvimento sustentável das mulheres rurais no RS –Brasil. **Braz. J. of Develop.**, v. 4, n. 7, p. 3732-3744, nov. 2018.